

**Fomento à literatura: a formação
do eu – práticas literárias em
sistema prisional brasileiro**

**Encouragement to literature: the
formation of the self – literary
practices in the Brazilian prison
system**

**Fomento a la literatura: la
formación del yo – prácticas
literarias en el sistema
penitenciario brasileño**

Alex Giostri¹

¹ Bacharel em Cinema e pós-graduado em Roteiro para Cinema e Dramaturgia pela Universidade Estácio de Sá. Fundador dos selos editoriais Giostri e Giostrinho (Giostri Editora Ltda. – 2005).

Resumo: Este artigo tem por finalidade apresentar ao leitor as atividades literárias acontecidas na Penitenciária Industrial de Joinville pela óptica de seu idealizador e realizador. A prática acontece desde o ano de 2014 e já está em sua quinta publicação, sendo o foco principal dar voz aos apenados por meio das atividades de leitura e escrita. O artigo apresenta um panorama sobre o sistema carcerário nacional, além de falar sobre a redução de danos e mostrar em números e porcentagens as possíveis maneiras de fazer com que haja menos reincidências criminais por intermédio da formação de multiplicadores egressos do sistema e que diminua a criminalidade entre os jovens por meio de atividades de formação. Por fim, o artigo traz a pedagogia aplicada e expõe ao leitor uma experiência estadual que já foi premiada nacionalmente em 2017 e que se quer ampliar país afora.

Palavras-chave: encarceramento; didática; oficinas literárias; direitos humanos.

Abstract: The purpose of this text is to present the reader to the literary activities that took place in the Industrial Penitentiary of Joinville from the perspective of its idealizer and accomplisher. This practice, which has been taking place since the year of 2014, is already in its fifth edition. Its main goal is to give a voice to the prisoners through reading and writing activities. The article presents an overview of the national prison system, addresses damage reduction, and presents numbers and percentages of possible ways to reduce criminal reoccurrences through the formation of egresses of the system and to reduce criminality among young ones through formation activities. Finally, the article presents the pedagogy applied and reports to the reader a state experience that was nationally awarded in 2017. The idea is to apply it throughout the country.

Keywords: imprisonment; didactics; literary workshops; human rights.

Resumen: Este texto tiene el objetivo de presentar al lector las actividades literarias que se sucedieron en la Penitenciaría Industrial de Joinville a través de la visión de su idealizador y realizador. La práctica, que se sucede desde el año de 2014, ya está en su quinta edición. Su principal objetivo es dar voz a los prisioneros a través de actividades de lectura y escrita. El artículo presenta una visión del sistema penitenciario nacional, habla sobre la reducción de daños y enseña, a través de números y porcentajes, posibles maneras de reducir las reincidencias criminales a través de la formación de multiplicadores egresos del sistema y de disminuir la criminalidad entre jóvenes a través de actividades de formación. Finalmente, el artículo presenta la pedagogía aplicada y expone al lector una experiencia estatal que ha sido premiada nacionalmente en 2017. La idea es aplicarla en el entero país.

Palabras clave: encarcelamiento; didáctica; talleres literarios; derechos humanos.

Este artigo aborda as práticas pedagógicas aplicadas no Projeto Oficina Literária, com Base na Prerrogativa dos Direitos Culturais: Desafios Contemporâneos, idealizado e coordenado por mim nas dependências da Penitenciária Industrial Jucemar Cesconetto, em Joinville. Tais práticas acontecem desde o ano de 2014, autorizadas pelo Juiz de Direito da 3.^a Vara Criminal, Corregedor do Sistema Prisional da Comarca de Joinville, João Marcos Buch.

A intenção desta apresentação textual é mostrar ao leitor que atividades lúdico-pedagógicas, quando bem empregadas e planejadas para serem executadas com continuidade, podem render bons resultados de aprimoramento humano. É disso que trataremos a seguir.

A atividade de Oficina Literária no sistema prisional de Joinville, especificamente na penitenciária, iniciou-se em 2014 após eu ter tido acesso a informações da Portaria n.º 8/2013

de remição de pena pela leitura. Assim iniciei o planejamento da oficina. A ideia inicial foi trabalhar com os apenados interessados na escrita, a fim de publicar uma coletânea com textos inéditos/autorais.

Para desencadear o processo, o Doutor João Marcos Buch, Juiz Corregedor do Sistema Prisional de Joinville, fez circular a informação internamente, e com isso os interessados mandaram, por meio das psicólogas e professoras da penitenciária, seus textos escritos à mão. Os textos foram para a Vara de Execução Penal, aos cuidados do Doutor João Marcos Buch e de lá aos meus cuidados; eu os li integralmente e compreendi que se tratava de relatos em forma de cartas ao juiz. Contudo não era essa a proposta.

Deu-se então a necessidade de eu entrar em contato com os autores dos textos, a fim de estabelecer uma linha de trabalho, pelo viés ficcional, partindo dos relatos apresentados. Os textos recebidos foram 13.

As atividades da Oficina Literária iniciaram-se com 19 presentes no primeiro dia, dos quais 16 eram homens e três mulheres. Houve duas desistências ao longo do processo, e assim as atividades finalizaram com 17 presenças e 17 textos ficcionais autorais.

LINHA PEDAGÓGICA APLICADA

A linha pedagógica aplicada para as atividades partiu da psicanálise, e a base referencial foi o processo de desconstrução de Jacques Lacan, bem como as ideias de Lev Vygotsky (1999, 2009) para a formulação da identidade de alguém, quando ele diz que os erros são parte do aprendizado e que o aprendizado é resultado também das relações interpessoais.

É fundamental esclarecer que os trabalhos sempre ocorreram sem nenhum intelectualismo entre mim e os apenados, pois isso determinaria o fim da relação de confiança estabelecida. Basicamente o trabalho foi feito ludicamente com fins de construção de um texto ficcional. O ponto de partida deu-se pela vontade de escrever e por intermédio de um relato escrito.

Para o início do trabalho se buscou a desconstrução de barreiras defensivas, com emprego de atração, empatia e confiança, para então passarmos a um processo de aproximação, por meio de um não dito, e então criarmos um laço invisível, o qual podemos comparar ao laço de uma clínica psicanalítica, que é o da transferência.

As respostas de todos os envolvidos fluíram de dentro de cada um. A minha função como agente mediador foi apenas de saber conduzir um a um, singularmente e de maneira coletiva, pois as escritas eram produzidas individualmente em reuniões do grupo, sem que se caracterizassem como sessões de terapia, aula tradicional de escola ou moeda de troca. Foi explicitado que a meta era publicar um livro/coletânea com textos resultantes de um processo de criação desencadeado por sentimentos e emoções demarcadores de escritas autorais mediadas por um facilitador de estratégias comunicativas. Em síntese, a proposta foi conduzida por uma linha pedagógica lúdica, fundamentada em dinâmicas voltadas ao mergulho do eu de cada um e com um fim: a produção de autoficções.

A atividade lúdica escolhida foi a criação, portanto, a literatura, que tem a função de desvelar mundos possíveis, mostrar outras possibilidades de visualizar a vida, de vivenciar a dor, o amor, a falta, a esperança; enfim, a literatura ensina sem ensinar.

LITERATURA E PSICANÁLISE – SOBRE A DESCONSTRUÇÃO DA FORMAÇÃO DO EU

A proposta da Oficina Literária foi fundamentada na relação entre literatura e psicanálise, e o ponto de partida conceitual foi a associação entre clínica psicanalítica e literatura, uma

vez que a aquisição da linguagem está ligada ao conceito de inconsciente, fator determinante para a formação do indivíduo. É a linguagem que funda o indivíduo e o diferencia nas estruturas clínicas, por exemplo. Nesse sentido, a utilização da arte, das atividades lúdicas, no caso a literatura, faz com que as fantasias e as questões subjetivas se mostrem, isto é, a literatura é capaz de promover tais processos inconscientes. E foi por intermédio da literatura que se desenvolveram as atividades anteriormente relacionadas e especificadas. Sabe-se que um processo intelectual é também uma forma sublimada de obtenção de prazer. Portanto, unem-se as atividades e colhe-se o que se quer colher.

A criação artística é uma saída e uma salvação para qualquer estrutura clínica, sobretudo para a psicose. É também a responsável pelas vias de desconstrução, sendo apenas uma das possibilidades, naturalmente, e também pela formação do *eu*. O *eu* é a constituição e/ou o resgate daquilo que chamamos de identidade, de quem sou eu.

À medida que se aplica veladamente tais procedimentos em atividades lúdicas voltadas a uma reintegração, a um aprimoramento humano, a um amadurecimento nas questões do autorrelacionamento e de um novo relacionamento do indivíduo com os seus próximos e com a própria sociedade, o resultado pode ser benéfico ao indivíduo, aos seus próximos e à sociedade, pois o que se estabelece para quem recebe os procedimentos é uma nova via de acesso à vida e às questões da vida.

Nesse sentido, é ideal também que os procedimentos sejam aplicados por profissionais que dialoguem com a literatura, apresentada pela via da criação, pois, se a dinâmica começar pela via da terapia ou for dada por um profissional da área da psicologia, ocorrerá o mascaramento e o discurso mentiroso se estabelecerá. Assim as barreiras de desconstrução e de desarmamento emocional não se darão, pois nenhum dos envolvidos nas atividades estará lá por desejo; estar encarcerado é uma condicionante social. E, como todos querem sair do cárcere, se a dinâmica for assumidamente para a melhoria de cada um e isso for apresentado, não teremos mais o genuíno e o inusitado como ferramenta de trabalho e sim apenas o discurso, que é o oposto da demanda. Nesse caso, a atividade lúdica despedaça-se e dá lugar à clínica, que, afirmo, não daria e não dará o mesmo resultado na reintegração – não tão eficazmente como na atividade compartilhada da forma apresentada anteriormente.

A questão é: *eu quero que me vejam bom e para isso vou fingir que sou bom*. E, mesmo que o indivíduo seja bom, à medida que se mascara naquilo que ele é e pensa não ser, acaba se sabotando e se transformando em algo que não é o que se procura em atividades assim.

O relacionamento entre as áreas deve acontecer, mas com foco no humano ali posto à nossa frente.

PROGRAMA APLICADO

A ideia motriz da proposta foi pensar as atividades de criação continuamente, e estamos fazendo isso, pois, a meu ver, se estabelecermos uma relação semanal de criação trabalharemos com mais eficácia no desenvolvimento lúdico de cada um. Nesse sentido, temas devem ser definidos e pautas devem ser ordenadas a fim de que haja uma didática criadora com fins lúdico-pedagógicos.

Um dos pontos de partida é a língua, isto é, o conhecimento da língua como um poder emancipador para o indivíduo, tendo como pontos de referência conceituais os pensadores Freud (1990a; 1990b) e Lacan (1986; 1997; 1998). Para as atividades de escrita foram efetuadas consultas a dicionários e leituras de textos literários como fontes alimentadoras para o processo.

Os gêneros textuais acionados foram narrativas em prosa, contos e crônicas, e de teatro (pequenos roteiros). Para a modalidade narrativas em prosa, os exemplos e as discussões

circularam em torno das estruturas de textos; na abordagem do teatro os exercícios foram dirigidos à aplicação de diálogos, cenas, cenários. Para a criação textual foram solicitados textos curtos, de no máximo dez páginas, com começo, meio e fim, com base em temas definidos ou em situações apresentadas. Nesse sentido, todos puderam trabalhar eficazmente mobilizando a linguagem para expressar sentimentos, emoções e percepções.

MAS EFETIVAMENTE AONDE QUEREMOS CHEGAR? ÍNDICES DE POPULAÇÃO JOINVILENSE E POPULAÇÃO CARCERÁRIA

O ano era 2016. Joinville contava com uma média de 600.000 (seiscentos mil) habitantes, e a população carcerária era de aproximadamente 1.500 (mil e quinhentos) apenados, entre condenados e não condenados, sendo a maioria absoluta de joinvilenses, considerando que o sistema penitenciário é estadual. Isso significava que aproximadamente 0,3% da população do município estava encarcerada. Na dinâmica estabelecida anteriormente, trabalhou-se com 19 pessoas, das quais duas desistiram, totalizando, portanto, 17 pessoas. Isso significa que de aproximadamente 1% da população carcerária, 0,7% de apenados são passíveis de reintegração social.

As atividades objetivam em última instância mudar a maneira de olhar a vida de pelo menos 7 a cada 17 apenados integrantes do projeto. Ao serem programadas em ações/sessões quadrimestrais, a troca de turma, ou o estabelecimento de novas turmas, em mais horários, resultará em 21 pessoas por ano que poderão não mais reincidir em atividades criminosas, o que equivalerá a 105 pessoas em cinco anos. Tais dados podem variar para mais ou para menos. Se essas 105 pessoas forem acompanhadas e se tornarem multiplicadores, a reintegração então se dará como bem-sucedida e multiplicadora de indivíduos que poderão contribuir com a sua comunidade, ao descobrir o começo de uma vida de desvios de um parente, amigo, colega e salvá-lo antes de uma situação de transgressão que resultaria em nova prisão ou morte.

Se de um lado tivermos com os apenados as atividades de reintegração, reconstituição da autoestima, reeducação, compreensão do cumprimento da pena, reencontro ou encontro com a identidade e de outro tivermos um trabalho didático nas escolas e comunidades, com aplicação de cartilhas e demais atividades lúdicas para crianças e adolescentes, a médio prazo passaremos a perceber uma menor ida dos jovens, sobretudo os de classe média baixa e com baixa renda, para os presídios. Observaremos também um menor número de reincidência por parte dos que já foram apenados e ao sair tiveram alguma oportunidade efetiva e puderam se dedicar às atividades com jovens de seus bairros a fim de já pensar um programa preventivo, sem um viés moral, amedrontador e sim de harmonia e conscientização.

A questão que move o projeto é: O que custa mais a um estado ou município: um novo apenado, um reincidente ou um salário mínimo mensal com uma jornada de seis horas por dia para um ex-apanado reintegrado poder oferecer cultura e educação como multiplicador em sua comunidade, ou mesmo dentro das escolas públicas, utilizando-se da própria estrutura, com acompanhamento de coordenadores pedagógicos e instruídos por nós, formadores de multiplicadores? Quem sabe seja uma tentativa de provocar novos olhares sobre o sistema prisional, atentando para a possibilidade de obter investimentos de empresas privadas que custeiem o salário do multiplicador ou revisão de posturas do Estado para assumir propostas reintegradoras.

Em última análise: o estado e/ou o município, ao manter o indivíduo encarcerado por X tempo, gasta em média R\$ 2.500,00 por mês com ele. Caso o estado e/ou o município se proponha a reintegrar indivíduos encarcerados, investirá um salário mínimo para que essa mesma pessoa colabore com a sua comunidade, com o seu bairro, nem que seja por 12 ou 18 meses, e esse indivíduo terá toda a assistência de seus instrutores e também da Vara de Execuções Penais, com visitas esporádicas a fim de apresentar em relatórios o andamento

de seu trabalho na comunidade. Ou seja, quando se pensa a Oficina Literária em sistema prisional, não se pensa apenas a leitura, a escrita, mas a reinserção do indivíduo por meio de atividades lúdicas e também pedagógicas. O que se pensa é transformar o sujeito, o indivíduo, a cidade, o estado, o país. Nesse aspecto, as ações devem ser compreendidas como ações sociais que despertem a atenção das comunidades para as práticas de encarceramento em massa.

Em 2018 entramos no quarto ano de atividades com quatro livros escritos e publicados (*Contos tirados de mim: a literatura no cárcere* – volumes 1 e 2, com detentos da Penitenciária Industrial de Joinville, SC, 2015; *Mulheres poéticas, a poesia no cárcere*, com apenadas do Presídio Regional de Mafra, SC; *Gritos, a dramaturgia no cárcere e prisioneiros e juízes*, 2017; *Cárcere – a prisão funciona?*, 2018).

Entendemos que não há ninguém melhor para falar sobre encarceramento do que o próprio encarcerado. Este foi o tema da oficina em 2018: Cárcere – A Prisão Funciona?

Para finalizar a minha explanação, quero deixar ao leitor o meu olhar sobre a questão do encarceramento. Não precisamos de muito para saber que a prisão não funciona, que a prisão apenas aprisiona. A prisão mata, denigra, encabula, pune, humilha, empurra para a sarjeta, afoga, estapeia, a prisão encarcera. Portanto, acredito que seja a hora de toda a sociedade refletir sobre o encarceramento no Brasil e no mundo. E não se trata de questões éticas, morais, formais, penais, mas sim de questões humanas e sociais, pois se nós, enquanto sociedade, compreendermos a falta de eficácia de um aprisionamento e entendermos que para toda e qualquer prisão há custos para o Estado, há vidas em jogo, que para todo prisioneiro que entra no sistema prisional há a porta de saída e portanto ele sairá e voltará ao convívio social, saberemos então que, se o Estado prende, pune, humilha, trancafia e posteriormente devolve os prisioneiros para as ruas, o que será dessa pessoa ao retornar?

Ora, mas se o sujeito é trancafiado em uma cadeia e depois é devolvido às ruas estigmatizado, sem nenhuma identidade, sem autoestima, marginalizado, sem nenhuma possibilidade de recomeço, sem nenhum incentivo à recuperação, carente de apoio emocional, o que espera o Estado, o que esperamos nós? Que o sujeito entenda que prisão é ruim e não queira mais voltar? Mas como? Por quê? Na realidade, até compreendo que muitos não queiram voltar mesmo, pois sabem a desgraceira que é, no entanto como não voltar diante de tantos obstáculos estabelecidos para si?

É válido pensar que o sujeito que está preso não queria estar preso. Ninguém escolhe a prisão. Os encarcerados, em sua grande maioria, são jovens, pobres, negros, estão presos por crimes banais, roubos de celulares, vendas de trouxinhas de drogas em pequenas porções; em geral não tiveram acesso à educação de base, não tiveram auxílio emocional dos pais ou nem pais tiveram, não tiveram oportunidade de trabalho, por falta de acesso à educação, e vivem, todos, massacrados por uma vida de consumo, em que o importante é ter, é comprar, é gastar.

Ora, meu caro leitor, é natural que essas pessoas se aproximem da criminalidade e que se tornem encarcerados, não poderíamos esperar outro destino. Mas abro parênteses para uma questão fundamental: o fato de eu afirmar anteriormente que a grande maioria, senão a totalidade dos encarcerados, seja jovem e pobre, isto é, de baixa renda, vulnerável economicamente, não quer dizer que estou afirmando que a pobreza gera violência e/ou criminalidade, até porque temos casos e casos de pessoas no mundo que saíram da situação de pobreza absoluta e se inseriram na sociedade, conquistaram seu espaço de maneira honesta; trata-se de uma minoria, mas há casos. Acontece que quando há a pobreza unida à falta de atenção do Estado às pessoas, à falta de educação de base, de vagas nas escolas, de empregos para todos, de atividades lúdicas e pedagógicas efetivas para todos, à ausência de amor, afeto e compreensão familiar, à falta muitas vezes de saneamento básico, saúde, e também a pobreza unida à sociedade de consumo, em que ter alguma coisa é mais importante do que um simples gesto de gentileza, cordialidade, humanidade, em que o mais “legal” culturalmente será aquele que se dá bem mais rapidamente, é claro que para essas pessoas a possibilidade de

delinquir e serem encarceradas seja maior. É maior também a possibilidade de ficarem mais tempo presas, pois, por falta de assessoria jurídica, não conseguirão resolver rapidamente as suas ações penais. Essa é a realidade nacional.

Mas, veja, não estou defendendo a criminalidade nem dizendo que não deva haver as penas para os crimes cometidos; é preciso deixar claro que o que estou apresentando é um panorama social ampliado para então chegar à situação sobre a qual estamos dialogando, que é a função da prisão. O ponto de partida para um recomeço deve ser a educação de base, a dignidade na vida e o acolhimento social, pois com esses três pilares tiraremos as crianças da ociosidade e as traremos para as atividades lúdicas, educacionais, sociais, formaremos pequenos cidadãos, que se tornarão homens trabalhadores, com oportunidades mais ampliadas na vida.

Partindo desse princípio e pondo a mão na massa já estaremos pensando um futuro esvaziamento carcerário a médio ou longo prazo, pois, como acabo de mencionar, esses meninos e meninas das classes menos privilegiadas soltos e ociosos nas ruas, por estarem em situação de vulnerabilidade, tenderão (ou serão corrompidos) às atividades criminosas, sobretudo se não tiverem um parâmetro, um acompanhamento social, enquanto os mesmos meninos e meninas acolhidos, educados e com a autoestima trabalhada não irão com tanta facilidade para a criminalidade, mas isso também não significa que essa classe não cometerá crimes e não será presa; em todas as classes sociais há sujeitos propensos à criminalidade. No final das contas, o fato é que onde houver amor haverá menos violência.

Outro aspecto, que é a outra ponta da corda, é justamente as perguntas que fiz a todos os apenados que participaram da oficina. Esses homens presos, a grande maioria muito jovens, foram as crianças ociosas e sem limites, como você, leitor, poderá descobrir ao ler cada resposta. E esses homens presos, todos, se pudessem, voltariam à infância e fariam diferente. Aqui está a nossa chance enquanto sociedade, enquanto cidadãos brasileiros. Temos de pensar em recuperar, em acolher, em dar outra oportunidade a toda e qualquer pessoa. Precisamos compreender que o sujeito preso precisa de acompanhamento, de trabalho, de estudo, de atividades laborais e lúdicas, de livros, de leitura, de escrita, de jogos, de diálogo. Portanto, não adianta prender! A prisão não funciona! Mas, já que a prisão existe, que se prenda e que se reedue, instrua, que sejam todos ressocializados, os que quiserem, naturalmente. E os que puderem. E que sejam então devolvidos à sociedade, mas com perspectivas.

Atualmente vivemos no Brasil com aproximadas 780.000 pessoas presas para aproximadas 350.000 vagas, isto é, temos mais que o dobro de pessoas presas do que as prisões suportam, ou seja, uma panela de pressão. Temos gastos altíssimos para manter essas pessoas presas. Temos um Poder Judiciário atolado em processos em todas as varas, temos todas as execuções penais com milhares de processos em andamento, muitos em atrasos. Temos todas as instâncias, primeira, segunda, terceira, quarta, todas com espera e espera de processos a serem despachados. E tudo isso demanda tempo, contratações, concursos, efetivações, ou seja, significa mais e mais gasto para todos nós. E a pergunta que me faço e que todos nós devemos nos fazer: quando isso vai parar? Quando vamos entender que precisamos urgentemente cuidar de nossas crianças, que precisamos recuperar os recuperáveis, que precisamos dar espaço a todos, que todos podem mudar, que todos nós precisamos olhar esse panorama desolador de frente, uma vez que queremos segurança, harmonia, queremos nossos filhos andando tranquilamente na rua, queremos a nossa polícia apenas monitorando e dando segurança a todos e tendo segurança também em vez de correr atrás de assaltantes e traficantes?

Compreendo que parte da minha fala seja utópica, pois como conter a situação se o cenário dentro e fora dos presídios é uma bomba prestes a explodir? Mas será com a utopia que poderemos dar voz ao pensamento e quem sabe transformá-lo em ação, em projeto lei, em reordenação, em algo maior?

Se pensarmos que cada um de nós pode fazer alguma coisa e refletir sobre algo melhor para o país, talvez compreendamos que nesse caso específico da função da prisão o ideal

é justamente pensar as alternativas de redução de danos a cada um dos aprisionados, dos apenados, pois não podemos esquecer que eles somos nós, que nós somos eles e que logo todos estaremos juntos de alguma maneira, portanto, precisamos por meio de nossos esforços contribuir. Pense você como poderia contribuir e contribua! E nem precisa ser apenas com a ação. Se você, leitor, acredita na prisão e na punição, que tente ampliar o olhar e ponha tudo o que leu na balança e reflita o que pode ser melhorado, mudado, reformulado. Só de refletir, ponderar, dar esse espaço interno, já estará contribuindo.

A experiência que tenho é a de que ao darmos amor estamos plantando o amor e que ao darmos chicotadas ou indiferenças estamos plantando o ódio e o abandono.

Quando oferecemos educação a qualquer pessoa, temos o respeito e a admiração. Quando não ofertamos nada e não olhamos sequer nos olhos de quem temos à frente, nós não possibilitamos a essa pessoa uma identidade construída. E em sistema prisional carecemos de dar essa identidade diariamente a todos os apenados, a todos os prisioneiros. Precisamos dia a dia mostrar a cada um dos presos que eles existem, que são sujeitos como nós, que devem ter o seu espaço na sociedade e que da vida de cada um deles a memória a ser levada não é a que o conduziu ao cárcere e sim o que ele ou ela gostaria de ter feito antes disso e não pôde ou não fez. E também o que será da vida após a libertação da cadeia. É disso que falamos e é isso que fazemos. É isso que eu faço! Dou a voz interior por meio da identidade (re)construída, dou a possibilidade da escolha, da escuta.

Nas atividades desenvolvidas por mim em sistema prisional, a minha ferramenta de trabalho é a literatura, os livros lidos e os textos escritos. Nessas dinâmicas, eu formo essa identidade por intermédio do pensamento escrito, de debates, diálogos, reflexões e expectativas dali para a frente. E isso não é diferente nas ruas, para os leitores de qualquer lugar do mundo; nós somos o que construímos internamente. A literatura e os livros são fontes de conhecimento, os nossos alimentos, e ferramentas altamente funcionais. Dito isso a você, leitor, eu faço um convite para que leia os relatos dos apenados e reflita. Em seguida deixo duas perguntas para que responda apenas para si: A prisão funciona? Você iria querer ter o seu filho ou filha na prisão ou daria alguma pena alternativa a ele ou ela?

REFERÊNCIAS

FREUD, S. Alguns comentários sobre o conceito de inconsciente na psicanálise. In: _____. **Escritos sobre a psicologia do inconsciente**. v. 1. Rio de Janeiro: Imago, 2004. p. 79-93.

_____. Recordar, repetir e elaborar. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1990a. p. 189-203.

_____. Sobre o narcisismo: uma introdução. In: _____. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1990b. p. 83-119.

GARCIA-ROZA, L. A. **Freud e o inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

GREEN, A. **O discurso vivo: a conceituação psicanalítica do afeto**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

LACAN, J. **O seminário – Livro 1 – Os escritos técnicos de Freud (1953-1954)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

_____. **O seminário – Livro 7** – A ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. Função e campo da fala e da linguagem. In: _____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia da arte**. Tradução de P. Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Original publicado em 1965).

_____. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução de P. Bezerra. São Paulo: Editora WMF; Martins Fontes, 2009. (Original publicado em 1934).